

Memória, trauma social e elaboração*

*Francisco Ramos de Farias***

Resumo. Aborda-se o trauma social como a experiência que afeta o sujeito, grupos, comunidades e nações, pondo em xeque os limites de suportabilidade e produzindo estados de impotência do sujeito e do grupo para construir alternativas de vida. No entanto, mesmo em situações extremas, nem sempre o sujeito ou grupos sociais sucumbem, construindo vias criativas de elaboração. Esses esforços configuram-se como mecanismos de memória pela construção de um saber na produção de uma escrita para elaborar o trauma. Eis uma modalidade de posicionamento ético ante as situações de violência com as quais o homem do presente cotidiano é confrontado.

Palavras-chave: Trauma; Memória; Elaboração; Violência; Criação.

Memory, social trauma and creative lives

Abstract. Social trauma is an experience that affects individual people, groups, communities and nations. It imposes limits to bearableness and produces a state of impotence in the subject or group so that they could construct life alternatives. However, individuals or social groups do not always succumb to extreme situations and creative lives are eventually built. Efforts to this end are mechanisms of memory construction in writing production so that the trauma could be elaborated. It is an ethical stance in the face of situations of violence which people are confronted with.

Keywords: Trauma; Memory; Elaboration; Violence; Establishment.

Memoria, trauma social y elaboración

Resumen. Se aborda el trauma social como la experiencia que afecta al sujeto, a grupos, comunidades y naciones, poniendo en jaque los límites para soportarlo y produciendo estados de impotencia en el sujeto y en el grupo para construir alternativas de vida. Sin embargo, aún en situaciones extremas, el

* Artigo recebido em 04/08/2012. Aprovado em 09/09/2012.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: frfarias@uol.com.br

sujeto o los grupos sociales no siempre sucumben, llegando a construir vías creativas de elaboración. Estos esfuerzos se configuran como mecanismos de la memoria para la construcción de un saber en la producción de la escrita para elaborar el trauma. Esta es una modalidad de posicionamiento ético ante situaciones de violencia con las cuales es confrontado el hombre del presente.

Palabras Clave: Trauma; Memoria; Elaboración; Violencia; Creación.

1. Introdução

As noções de trauma e de violência têm sido amplamente discutidas, no século XX, em razão das ocorrências sangrentas de carnificinas e mortes que tiveram lugar em diferentes partes do planeta. Com as discussões sobre temas tão complexos erigiu-se uma linha de pensamento em torno de questões relacionadas à memória, principalmente, no âmbito das produções escritas, monumentos erguidos e outras tantas formas que foram apresentadas ao mundo como tentativas de elaboração do horror que marcou, violentamente, a vida das pessoas de diferentes etnias, grupos sociais, entre outros aspectos. As discussões organizam-se em torno de uma indagação: por que são produzidas tantas situações de cunho traumático?

A primeira resposta que podemos pensar para essa indagação é a de que o homem está constantemente se deparando com consequências catastróficas, de forma bastante intensa, seja pelos veículos de comunicação; seja por intermédio dos cadáveres que são deixados em lugares públicos e todos os vestígios de guerras e sofrimento humano que, muitas vezes, beiram a ordem do impensável, do indizível e do incomunicável. Nesse contexto podemos afirmar que as questões concernentes à violência de potencialidade traumática confrontam, de forma incessante, o homem da contemporaneidade, agudizando, sobretudo, o estado de desamparo com a exposição, cada vez mais crescente, à insegurança, por não mais conseguir identificar, nem saber de onde provém as ameaças que lhe incidem.

Se quisermos circunscrever o conceito de trauma relacionado à violência, temos que situar modelos de interpretação que apresentam versões polissêmicas, muitas delas chegando a ser contraditórias. Todavia, é pertinente assinalar que, dentre as diversas interpretações acerca do trauma, dois tipos de violência apresentam-se em primeiro plano na contextualização: a ideia de trauma infantil explicado em termos da vida sexual e as sequelas das barbáries que aconteceram, principalmente, no berço civilizado do planeta. Esse segundo aspecto ganhou destaque nas discussões sobre o trauma, especialmente no que concerne à literatura testemunhal sobre o Holocausto; estado de selvageria em que nações, tidas como civilizadas, permitiram-se a dizimação considerável de povos, fundamentadas em critérios lógicos de segregação para por em prática estratégias de eliminação e extermínio.

Enveredando por esse caminho, trataremos do conceito de trauma em um campo interdisciplinar, buscando pensá-lo como tema central em perspectivas diversas, mas como um choque que rompe radicalmente certas condições mínimas de sobrevivência, que modifica o funcionamento do psiquismo e das modalidades de laços sociais pela imposição de um esforço penoso de alto custo subjetivo, quando é possível a produção de uma memória como via de elaboração. Como objeto dessa reflexão, admitimos que a situação traumática faz com que o homem conviva continuamente com uma situação de violência que apresenta duas faces: uma que trata do ultrajado, quer dizer da vítima e outra que se refere ao impulso de agir, imobilizar, dominar e anular a vontade de outrem. A consequência da violência que redundava em trauma é a apatia, a perplexidade, a inibição, a presença de memórias intrusivas e a instabilidade de modo generalizado. No entanto, antes de analisar esses efeitos iniciaremos pela particularidade sobre o trauma.

A noção de trauma, elaborada no campo das Ciências Físicas, a partir dos efeitos sofridos pela tensão de um peso ou de uma força sobre um corpo,

foi transportada para o campo do saber médico com a conotação de uma injúria ou um dano causado pela ação de um corpo estranho agressivo sobre um organismo. Essa ideia pressupõe a quebra de uma estabilidade funcional. Essa noção ganhou espaço considerável quando passou a figurar como um importante conceito no âmbito do saber psicanalítico o qual, originalmente, relacionou a experiência traumática, na condição de fato real, a uma circunstância individual que reduz as possibilidades do sujeito em gerenciar sua vida. Posteriormente, o conceito sofre uma reformulação e então vincula a experiência traumática, não mais à intensidade do fato ocorrido, e sim à potencialidade da lembrança que mantém em estado recorrente a experiência sem qualquer tipo de elaboração, tanto em termos de esquecimento quanto da produção de alternativas de elaboração.

Do âmbito meramente individual, o conceito de trauma amplia-se no sentido das reflexões acerca de fenômenos sociais. Sendo assim, o conceito de experiência traumática é utilizado para pensar os efeitos das situações catastróficas que dizimaram milhares de vida, na primeira metade do século XX. Diante desses acontecimentos que contaram com o apogeu do progresso científico e ocorreram no berço civilizado do planeta, a dimensão social impõe-se como um dos fundamentos para explicar a barbárie que teve as mais diferentes consequências: a) a produção de mortes em séries em tempos recordes; b) o desenvolvimento de estratégias e de táticas de dizimação em massas com o auxílio das descobertas científicas; c) a exposição ao mundo da indústria da morte justificada por uma lógica de pureza, de disciplina, de organização e de outros critérios segregacionistas; d) o surgimento da literatura testemunhal da parte de quem conseguiu, a duras penas, atravessar situações extremas de exposição ao sofrimento e à dessubjetivação; e) as produções cinematográficas em quase todo o planeta, entre outras.

Tudo isso pode ser considerado como tentativas de elaboração do imponderável, por pessoas que foram expostas a situações que excediam o limite do suportável e que não teriam alternativas para evitá-las, além da morte. Além dessa situação extrema, como podemos pensar certos fenômenos, do século XX, conhecidos como terrorismo, genocídio, massacres e outros métodos de carnificina comuns aos regimes totalitários? E ainda qual o motivo de tais práticas ainda persistirem em um cenário de considerável progresso científico e esclarecimento do homem?

Exceto aqueles que sucumbiram a essas experiências, têm-se poucos testemunhos dos horrores sofridos em situações extremas e ainda bem menos são aqueles que conseguem produzir uma escrita para deixar as memórias como legado, mesmo que fragmentárias, das circunstâncias a que estiveram expostos. Mesmo assim, existem aqueles que, depois de um longo período de tempo, conseguem mediante árduo exercício de recuperação de filigranas de memórias trazer a lume situações vividas. Certamente, essas pessoas o fazem tentando elaborar as experiências vividas e mesmo entender o motivo pelo qual foram objeto de exposição a situações extremas. Deste modo, compreende-se que uma experiência traumática tanto pode imobilizar o sujeito, silenciando-o para sempre, como também pode verter-se em elaborações, mínimas que sejam, em termos criativos de construção de uma memória. Eis o encaminhamento que seguimos nessa reflexão: considerar a experiência traumática em seus efeitos negativos e positivos, e a construção de representações como soluções mínimas que possibilitam, ao sujeito, afastar-se do terror causado pelo choque decorrente do trauma.

2. Experiência traumática e violência

As condições de vida ante a possibilidade do enfrentamento contínuo da violência que, na atualidade, é produzida por diferentes meios, são colocadas

constantemente em xeque. Não obstante, viver na iminência, quase certa, da morte assume contornos próprios entre duas situações extremas que são, para o homem: escolher a morte ou submeter-se resignadamente, de forma passiva, a rituais de sacrifício, renunciando seu desejo e sua vontade. Aliás, como assinala Todorov (1995, p. 24) o homem “escolhendo a própria morte, realiza um ato de vontade, e por meio dele, afirma-se a vinculação ao gênero humano”. Por esse motivo, escolher entre a vida e a morte, quando é possível, é uma alternativa para conservar a dignidade. Porém há circunstâncias em relação às quais não há nenhuma possibilidade de escolha como no terrorismo, na tortura, nos massacres, nos linchamentos e, provavelmente, na destruição das chances de vida em determinados espaços da terra.

Considerando a possibilidade de sobrevivência, Todorov adverte-nos que: “quando os acontecimentos vividos pelo sujeito ou por um grupo são de natureza excepcional ou trágica, o direito torna-se um dever: o de lembrar-se e testemunhar. A vida perdeu em relação à morte, porém a memória ganha o combate contra o nada” (2004, p. 16). Desse modo podemos considerar os efeitos positivos do trauma, ou pelo menos, em termos de organização quando a rememoração da experiência vivida, que deixou um corpo estranho enquistado no psiquismo, converte-se em um propósito de elaboração. Por isso, tanto o sujeito individualmente quanto comunidades testemunham a fixação do traumatismo e também a fixação de uma tendência contrária à destruição.

Nessa linha de raciocínio, Brette propõe que “a questão é a de saber porque os efeitos de um traumatismo seriam mais positivos do que negativos: a resposta depende, ao mesmo tempo, da intensidade da carga traumática e do nível de maturidade ou do desamparo do sujeito no momento do impacto” (2005, p. 70). Estas duas condições são indissociáveis no sentido de uma experiência ter a potencialidade de ser ou não traumática e, conseqüentemente,

determinar a polaridade de seus efeitos: construtivos ou destrutivos. A considerar essa prerrogativa, a vulnerabilidade ao trauma depende, não apenas da situação a que o sujeito se encontra exposto em termos de violência, mas da conjuntura de seus arranjos subjetivos para construir vias mínimas de elaboração. Por esse motivo, podemos afirmar que o choque traumático é relativo, ou seja, é determinado pela capacidade ou não do psiquismo de gerenciar as intensidades de excitação suscitadas pela situação. Essa mesma interpretação pode ser estendida aos acontecimentos que incidem nos grupos e nas comunidades, considerando-se evidentemente as condições históricas e os legados culturais disponíveis.

Refletindo sobre essas ocorrências, no mundo atual, constata-se que “para o homem moderno o derramamento de sangue não parecer ser outra coisa senão a destrutividade” (FROMM, 1979, p. 363). Quer dizer que o homem convive com a possibilidade de derramamento de sangue, não mais em rituais sagrados e ritos de iniciação, embora ainda ocorram em alguns povos, mas sim pela pura destruição de arranjos subjetivos. Nesse sentido, viver consiste em estar em estado de alerta para a violência produzida em termos da iminência do ataque de um suposto inimigo; da exposição às catástrofes naturais e, principalmente, do temor relativo ao término das condições mínimas de vida no planeta. Na atualidade, nada é mais ameaçador do que as consequências do aquecimento global que produzirão áreas, na terra, sem quaisquer possibilidades de sobrevivência. Eis o legado que o homem da era do progresso está deixando às gerações futuras: o aumento global da violência em todos os níveis possíveis e a precisão, em termos da execução de meios técnicos, para destruição em massa de forma irreversível, totalmente fora de controle.

É interessante observar que as experiências traumáticas, na atualidade, são múltiplas, porém vivemos diante de uma situação paradoxal: quanto mais se

teoriza sobre as situações inscritas na rubrica de trauma social, mas essas situações se avolumam, mesmo que estejamos considerando os esforços empreendidos para minimizá-las. O que estaria, então, acontecendo visto que na contramão das políticas das grandes potências mundiais difundidas em nome da paz encontra-se o aperfeiçoamento de estratégias mortíferas para aniquilar o homem e a humanidade? É conveniente ressaltar que a humanidade não deve ser compreendida como uma mera abstração e sim como um conjunto de sujeitos constituídos por uma história e que transmitem seus legados em forma de memória. Por que então não conseguimos erigir barreiras para frear a destrutividade, pelo homem, do próprio homem e do planeta? Certamente, se as coisas encaminharem-se nesse cenário, mais cedo ou mais tarde, estaremos diante da nossa própria destruição e da destruição do único espaço que dispomos para viver. Onde então pretendemos chegar, ou seja, que mundo estamos planejando para o futuro? E, ainda, o que deixaremos como legado para nossos descendentes daqui a um século? Essas evidências atormentadoras não compõem o roteiro de um filme ficcional, visto imporem-se ao homem de forma explícita e direta. Não se trata mais de um alerta sobre a possibilidade de ocorrência de possíveis acontecimentos, mas sim a sinalização do registro desses acontecimentos no tempo presente.

O progresso científico e a formações dos grandes espaços urbanos representaram, no século XX, as esperanças para o homem de uma vida melhor. Mas se analisarmos o cotidiano da vida em uma grande cidade, a qualquer hora, o homem é confrontado com relatos de crimes, corrupção, inundações, incêndios, explosões, terremotos, tsunamis, extermínios e de outras formas brutais de acontecimentos. Neste contexto, a modernização das cidades produziu sistemas bastante complexo nos quais a violência proliferou de forma inesperada e incontrolável, a ponto de o homem dos grandes espaços urbanos não ter como se esquivar ante a possibilidade de ser afetado drasticamente por

tais situações que são apresentadas pelos meios midiáticos em tempo real dos acontecimentos. Qual seria então a finalidade de divulgação dessas notícias em tempo recorde, senão colocar o homem contemporâneo em estado de apatia em um tipo de vida monótona? Sem dúvida, essas situações têm um custo subjetivo considerável deixando vestígios que, dificilmente, são significados, seja pela intensidade, seja pelos estragos produzidos de forma irreversível.

Concentremos nossa atenção para refletir a exposição do homem atual a situações que se configuram em termos de traumas sociais, como a violência urbana marcada por assassinatos, pelos conflitos entre facções criminosas, pela precarização das condições de vida decorrente do esquecimento voluntário do Estado de determinados segmentos da população, pelo narcotráfico, pela prostituição infantil e por tantas outras modalidades. Tomemos como ponto de partida os assassinatos de jovens que vivem na rua, em presidiários e os membros da população sem-terra, para situar crimes com conotações políticas e econômicas desencadeados na luta contínua entre classes sociais de alto poder aquisitivo e os habitantes de espaços com baixa renda, onde vivem desempregados, ambulantes e uma massa de pessoas em condições de extrema pobreza, senão de miséria. Esses crimes são interpretados e justificados em razão da tensão social que esses grupos provocam. Então é preciso controlá-los, seja com a prisão ou com o extermínio. De uma forma ou de outra, esse contingente de pessoas é segregado, de forma punitiva, criando-se as denominadas prisões da miséria para fortalecer a segurança. Mas essas medidas incidem naqueles que são “atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática” (WACQUANT, 2001, p. 7).

Não poderíamos pensar que a falta de condições mínimas, para viver, redunde em situações traumáticas? E, ainda mais, diante da falta de proteção social os jovens de bairros menos favorecidos, esmagados pelo desemprego

crônico, não haveria a possibilidade de vislumbrarem uma saída pelo ingresso ao universo do crime? A esse respeito uma indagação insiste: qual o motivo que leva esses jovens a escolha da violência para garantir meios de sobrevivência? Esta mesma indagação é extensiva às nações que, por questões econômicas, produzem um inimigo para justificar ações destrutivas em larga escala. Seja na esfera individual, seja em uma esfera de maior amplitude, como o Estado, estamos diante de situações cujos efeitos deixam marcas indeléveis no homem contemporâneo que não dispõe de anteparos e nem de escudos protetores ante as situações avassaladoras.

A violência e a crueldade, principais artifícios na produção do trauma social, são manifestações da destrutividade humana. Quando estamos no âmbito da violência, sabemos que, apesar de seus efeitos destrutivos, podemos considerar a expressão em termos de estratégias defensivas. No tocante à crueldade, como condição exclusivamente humana, Nietzsche afirma que “quase tudo aquilo que chamamos cultura superior baseia-se na espiritualização, no aprofundamento da crueldade; esta é minha tese, a besta selvagem não foi morta, vive, prospera e sobretudo é divinizada” (2001, p. 154).

Se a crueldade encontra-se presente no homem qual seria então a sua finalidade? Poderia ser então uma potência que deveria ser drenada para a produção de bens culturais? Sem dúvida, o homem alimenta essa esperança. Contudo, como a crueldade entrelaça-se com a violência é preciso entender que o lado indomável do homem, voltado para a destruição, tem algum tipo de virtude, podendo surgir como a violação à inclinação para a prática de ações destrutivas. Essa possibilidade é bastante remota em nossos dias, pois somos atravessados constantemente por situações agressivas que ocorrem quando a sociedade não dispõe de esteios para dar um destino à potencialidade destrutiva que não seja a satisfação pela utilização de meios do aniquilamento subjetivo ou da transformação radical da natureza. Ceccarelli assinala “o ser humano não

consegue fazer barreira à violência. Seria a violência uma fatalidade no destino da humanidade?” (2006, p. 119). Pensando por esse viés, poderíamos admitir que a possibilidade de convivência com a violência e com a crueldade é, em si, uma das condições do trauma social, principalmente, quando determinados sujeitos agem de forma totalitária no intuito de satisfazer uma vaidade pessoal ou se imbuem na defesa de determinados princípios segregacionistas. São circunstâncias que apresentam desdobramentos fatais para o homem, como a produção de restos de experiências que não são acopladas ao seu viver de forma a lhe trazer benefícios, visto permanecerem como imagens recorrentes incrustadas na imaginação que esfumaçam e atormentam seu viver. Podemos, então, adentrar no sombrio terreno do trauma social, na atualidade, quando enumeramos as difíceis situações de vida provocadas, não mais pelas intempéries da natureza e doenças mortais, mas pelas mãos do homem cumprindo a sentença do dramaturgo Plauto, trabalhada por Hobbes (2008) de que o homem é o lobo do homem. Todavia, cabe uma advertência: a exposição do homem a situações traumáticas não acontece somente em nossos dias. Desde a Antiguidade, o homem estava exposto a traumas psíquicos. As situações traumáticas acompanham toda a história da humanidade, apenas se apresentam diferentes em função das estratégias empregadas para colocar a vida em risco.

É nesse sentido que a vida nos grandes centros urbanos pode ser pensada como a exposição a limites insuportáveis de violência, especialmente se colocarmos em pautas as ações de facções criminosas, dos grupos de extermínios, do consumo de substâncias químicas. Não obstante, não devemos esquecer que a fonte principal do trauma social consiste na sensação de temor vivida pelo homem ante situações de terrorismo, à expectativa de ser atingido por uma bala perdida e até mesmo ser alvo do ódio de uma pessoa que, por motivos banais, não hesita em por fim à vida de um homem.

Às fontes clássicas de traumas, como os acidentes e os desastres naturais, que não são historicamente específicos, agregam-se, conforme assinala Rouanet, “as guerras de maior sofisticação tecnológica e de maior poder destrutivo que todas as precedentes; uma criminalidade que deixou de ser local e se tornou globalizada e um terrorismo organizado em redes, podendo atuar em qualquer parte do mundo” (2006, p. 142). Todo esse cenário não é desconhecido do homem e por saber dos possíveis resultados não pode mais alegar inocência quanto ao manejo de artifícios técnicos que a cultura colocou a sua disposição graças ao avanço do progresso científico. Diante de poderosas engrenagens produzidas para a promoção do bem-estar, o homem ainda se encontra impotente para amortecer a fera selvagem que o remete às priscas eras. Em princípio, pelo fato de que não há como evitar o mal-estar próprio de sua condição de ser desejante. É nesse aspecto que podemos situar um divisor de águas para pensar a questão de destrutividade e a saída por meios sublimatórios.

Seguindo por outra via, diferente do pensamento nietzschiano, Freud (1976) não entende os impulsos cruéis do homem vertidos à condições de bens culturais, uma vez que a cultura seria sempre o resultado da sublimação da sexualidade. Quer dizer, a crueldade manifesta-se em sadismo e em agressividade, sendo a expressão direta da potência de destruição. Então qual seria a solução para que o homem contenha seus impulsos destrutivos? Notadamente devemos, para refletir sobre essa questão, recorrer ao conceito kantiano de consciência crítica que faria o homem internalizar sua agressividade dirigida ao mundo em forma de sentimento de culpa. Mas isso exigiria não só a frustração que desencadeia a agressão como também, em contrapartida, receber amor. Quando falta o amor, a vertente destrutiva é lançada para o mundo externo. Desse modo, o sujeito é forçado a experimentar a dor e nisso afigura-se a experiência traumática como aquele que irrompe em violência (FARIAS,

2011). Por esse motivo, o amor vem abrandar a potencialidade agressiva amortecendo seu lançamento no mundo externo. Não obstante, devemos aprofundar essa questão postulando que a convergência entre o acontecimento violento, decorrente da exposição do sujeito à dor tendo, portanto a conotação de trauma, com o movimento para que o sujeito produza meios para distanciar-se dessa experiência dolorosa. Se, por um lado, a experiência traumática sinaliza a possibilidade de interrupção da vida, por outro, aciona o sujeito a buscar meios de continuá-la. Há de situar que o estado de desamparo, com o qual a cria humana apresenta-se ao mundo, converte-se em uma exigência de amor e, sendo assim, reconhece-se aquele que esteve junto na luta pela sobrevivência diante da precariedade própria da vida. Por isso, a memória para o sujeito de um dia ter sido amado por alguém faz com que possa conter, minimamente, a sua agressividade.

Porém, quando as coisas não acontecem desse modo, a realidade para o sujeito que passou por uma experiência traumática cria uma cena recorrente como um corpo estranho para o qual não há defesa e tampouco elaboração possível. Podemos pensar aqui na extensão dessas aproximações para refletirmos sobre o efeito de determinadas ações destrutivas sobre determinados grupos, comunidades ou nações. Seja em um contexto ou em outro, não há como subjetivar a experiência traumática transformando-a em uma lembrança de pouca ou nenhuma intensidade. Para isto, os vestígios de memória dessas experiências permanecem como uma espécie parasitária, incapazes de integrarem-se às demais experiências da vida. Isso acontece quando o encontro com o agressor torna-se inevitável e, por isso, não há tempo para o sujeito construir mecanismos para lidar com a intensidade mortífera dessas situações.

O retorno contínuo da percepção dessas cenas, seja no sujeito ou em uma nação, produz situações de impotência culminando com a posição

subjetiva de vítima em um tipo de perdição quanto à possibilidade de pertencimento. A presença imperativa da condição de vítima que apresenta resistências, no sentido de construir alternativas para outra posição, legítima, até certo ponto, a condição do agente que pratica a violência. Com isso perpetuam-se enquanto duas posições estanques a vítima e o algoz; como se não houvesse, minimamente, a possibilidade de um pacto entre ambos. Esse é um aspecto que requer aprofundamento. Contudo, ao se idealizar essas posições, de modo estanque, consolida-se a impossibilidade de negociação entre homens e nações em nome de acordos pacíficos, pois o que fica, em primeiro plano, é o ódio, por um lado, e a submissão por outro.

3. A cena traumática: o agressor e a vítima

As posições de vítima e de opressor encontram-se alinhadas em uma mesma armadilha. Não obstante, é o opressor que consegue fazer disparar o sofrimento que incide sobre a vítima que, uma vez exposta à situação, perde aquilo que lhe é mais precioso: a confiança na humanidade que uma vez abalada, dificilmente, é readquirida. Do mesmo modo, o opressor não perde sua condição de fazer disparar, a qualquer momento, a engrenagem do sofrimento. Mas, devemos salientar que essas posições não são intercambiáveis, embora um pacto possa ser estabelecido entre ambos, especialmente, quando a vítima torna-se passiva e resignada ante o caminho da morte.

Se, na relação vítima algoz o que acontece é da ordem de uma desumanização, o mesmo acontece quando uma nação decide destruir outra mediante aparatos bélicos. Nessas circunstâncias, os acordos não são firmados mediante negociações mediadas pela palavra, mas tem-se a imposição de guerra; verdadeiros pactos políticos que somente ocorrem quando falham todas as possibilidades de negociações entre nações. Entra em cena a violência, em seu caráter instrumental, e que traz em si um elemento de arbitrariedade, pois como

afirma Arendt “a principal razão em função da qual a guerra ainda está entre nós é o simples fato de nenhum substituto para esse arbítrio último nos negócios internacionais apareceu na cena política” (2010, p. 19).

A exposição do homem a experiências que ultrapassam o limite de suportabilidade e compreensão corroboram para a produção de violência. Nesse sentido, tudo o que seja da ordem do irrepresentável, do indizível e do incompreensível converte-se em violência por ser uma experiência traumática. E, por esse motivo, tende a converter-se em um tipo de percepção recorrente com intensidade marcante, a ponto de colocar o sujeito, continuamente, diante da experiência que excede os limites de suportabilidade. A violência da situação inscreve-se, sem qualquer indício de elaboração, retornando insistentemente na condição de aspecto mortífero da vida.

A forma paralisante da experiência traumática, muitas vezes, exige uma longa temporalidade para ser elaborada, dependendo das disponibilidades do sujeito em conseguir produzir uma escrita. A esse respeito, podemos ilustrar, com a literatura testemunhal em que muitos sobreviventes de campos de concentração ao serem libertados afirmam, categoricamente, que, naquele momento, não conseguiam produzir um relato sequer sobre as experiências vividas. Dentre os mais destacáveis encontra-se Primo Levi que precisou de um considerável intervalo de tempo para dar corpo às suas memórias e mesmo assim apresenta-nos o que denominou de zona cinzenta como um tipo de situação impossível de ser descrita, dado o caráter de incompreensão, pois “cercado pela morte, muitas vezes, o deportado não era capaz de avaliar a extensão do massacre que se desenrolava sob seus olhos” (LEVI, 2004, p. 14). Por isso, qualquer escrita sobre a experiência de um sobrevivente, a qualquer tipo de massacre, somente se produz em filigranas, sendo que muitos aspectos sequer são aprofundados. As memórias dessas experiências, como de toda e qualquer experiência traumática, não são escritas em toda sua clareza, visto

apagarem-se, modificarem-se e também incorporarem elementos estranhos. Isso quer dizer que as situações traumáticas têm potencialidade para falsificar a memória; seja pela interferência de outras lembranças como recursos para o esquecimento das atrocidades vividas; seja pelas distorções em estados de consciência que, gradativamente, retiram ou acrescentam aspectos novos aos cenários da situação vivida. Há também a possibilidade de ofuscamento, de esquecimento e assim poucas lembranças resistem.

Há a esse respeito um aspecto interessante: a recordação de uma experiência traumática sofrida ou infligida é potencialmente violenta pela revivescência da intensidade dolorosa que se atualiza. Também devemos considerar a perturbação de quem sofreu o trauma e que se esforça para anular a imagem recorrente que permanece de forma contínua, ou mesmo dela livrar-se. Tratando de quem inflige o trauma, é possível que, quando não estamos no regime da tortura, a recordação revista-se de sentimento de culpa.

A marca da violência que decorre das experiências, alijadas de negociações pela palavra, converte-se em trauma tanto para a vítima quanto para o opressor nas condições assinaladas que excetua o massacre, a tortura, o linchamento, as desavenças religiosas, os matadores profissionais e outras tantas categorias de algozes sociais. Geralmente, os responsáveis pela prática de tais acontecimentos, quando se desumanizam para aniquilar suas vítimas, não são mais capazes de registrar qualquer sentimento de caráter traumático em função da ação praticada. Nesses agentes encontra-se, provavelmente, uma instância crítica feroz que vislumbra, na devastação, uma possibilidade de elaboração de algum dano sofrido na vida, mas como uma paixão enlouquecida. Essa vivência de ferocidade, como recurso malogrado para sair do estado de impotência provocado pela exposição a uma situação traumática, expressa-se em violência no encontro com o semelhante. Mas para tanto, a primeira ação do opressor consiste em se desumanizar para, posteriormente, tratar o homem

como uma coisa passível de domínio e de manipulação técnica. Assim, perdura a face do horror em seu estado bruto sem qualquer forma de racionalidade. Obviamente, há um inimigo interior que é projetado em determinadas figuras que, no contexto social, representam a posição de bode expiatório. É nessa perspectiva que o opressor vê-se diante de uma afronta atroz apenas pelo fato de seu semelhante existir, motivo pelo qual se arvora a levá-lo à condição de total inermidade. Mas onde encontramos esses opressores?

4. O contexto social e atores da violência

Não é tão difícil enumerar os agentes que se ocupam, tecnicamente, em provocar danos ao sujeito isoladamente e também a grupos, a comunidades, a nações. Nessa série de atores, encontramos os sequestradores, os matadores, os violadores de direitos, o Estado quando impõe alienação aos intelectuais, os agentes de segurança que primam, a qualquer custo, pela manutenção da ordem. Estas são algumas das figuras que se insurgem continuamente nas fantasias traumáticas das vítimas, levando muitas delas a não suportarem o peso do viver mediante a escolha pelo suicídio. Quanto aos sobreviventes de campo de concentração, uma vez libertados, não suportaram viver com o peso das lembranças e se mataram? Quantas pessoas que foram torturadas e não conseguiram livrar-se da imagem atormentadora de seus opressores, chegando a sucumbir à morte? A essas pessoas fechou-se o horizonte existencial, de possibilidades mínimas, no sentido de elaboração das experiências vividas, bem como houve a descrença em qualquer valor moral capaz de regular as ações entre os homens.

Certamente, essas pessoas perderam a credibilidade em confiar nos homens como também não acreditam que os pactos estabelecidos culturalmente possam reverter tais situações. Sem dúvida que há uma força individual que opera de tal forma que somente vislumbra a possibilidade de

fracasso. Melhor dizendo: os imperativos categóricos organizadores da coletividade como, não matarás, não violarás o próximo, não sequestrarás, amarás ao próximo como a ti mesmo, não são mais creditados como legados morais, ou seja, não há mais esperança neles para deter ou represar a potencialidade da destrutividade humana. Eis o que Freud nos ensina quando afirma que “a cultura espera impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesma, supondo-se o direito de usar a violência contra os criminosos; no entanto, a lei não é capaz de deitar a mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana” (1976, p. 134). Eis o impasse com o qual somos confrontados no processo civilizatório. Quer dizer os imperativos da violência individual e coletiva não são represados, com total eficácia, pelos dispositivos oriundos do progresso científico; nem pela possibilidade de o homem aposentar definitivamente a lança como forma de ofensa ao semelhante. Isso quer dizer que aspirações, de cunho perverso, povoam tanto o imaginário do homem como das nações. Conforme assinala Naffah Neto “o fato é que nós, homens contemporâneos, perdemos a consciência cotidiana do nosso lado agressivo, violento, cruel. Quando ele aparece, jorrando aos borbotões e nos dominando por inteiro, somos pegos de surpresa, pois nossa envergadura interior é pequena demais” (1997, p. 104). Desse modo, o homem é praticamente cego, no sentido de reconhecer a besta humana, o bandido, o assassino que o habitam, pois sequer tem disposição a admitir essa possibilidade e muito menos conviver com essa evidência.

Em circunstâncias nas quais se manifesta, no homem, algum impulso agressivo descontrolado, geralmente, quase sempre a possibilidade do aparecimento desse impulso é imputada a outrem como agente culpado. Não é de se estranhar que muitos dos crimes, de maior atrocidade, tenham sido cometidos por pessoas aparentemente equilibradas e justificados por certa lógica racional. A esse respeito pode-se lançar uma explicação: quanto maior a

dissociação entre a consciência e o reconhecimento desses impulsos, maior é o descontrole e mais intensa é a ação violenta. Podemos também utilizar essa reflexão para pensar a sociedade contemporânea que caminha, de forma tal que se contrapõe a certos impulsos naturais do homem como, por exemplo, as condições defensivas ante ameaças iminentes. Mais uma vez recorremos a uma interpretação proposta por Naffah Neto ao afirmar que “o homem de subjetividade estreita, incapaz de perceber que o marginal não habita somente o mundo, mas igualmente, as suas entranhas, será uma presa fácil das ideologias fascistas que dividem o mundo entre o Bem e o Mal” (1979, p. 106). Sem dúvida, a possibilidade de compreensão e elaboração desse lado obscuro de cada um, por si mesmo, constitui uma tarefa bastante difícil em um mundo no qual o sentido da vida tornou-se banalizado e perdeu-se quase por completo, em que ideologias tornam-se extremamente úteis, especialmente quando são empregadas para justificar todo tipo de segregação visando a eliminar tudo aquilo que importuna, na esperança de se produzir uma homogeneização do homem em série.

É assim que o próprio Estado muitas vezes, assume, de bom grado, a face da violência, principalmente na ausência de suas funções básicas para a sobrevivência do homem. Eis o que podemos aludir ao cenário econômico o qual prima fundamentalmente pelo consumo oferecido como ideal de felicidade ou de regulação das coletividades. Dito em outras palavras: a proletarização generalizada obedece à expectativa do acúmulo de mais-valia de um amo anônimo e invisível que apresenta uma multiplicidade de agentes especializados na promessa de segurança, de bem-estar, de corpos perfeitos, e mostra, de forma sutil, que a violência se expressa em ações oriundas de um deus obscuro a quem somente devemos obedecer, sem qualquer questionamento (ZALOSZYC, 1994). Esse deus obscuro pode aparecer incorporado na figura do Estado.

Estamos diante de um conflito entre os interesses coletivos do Estado, sustentados pelos imperativos morais da redução ou minimização da violência bruta sobre o sujeito e a engrenagem capitalista que estimula constantemente o sujeito ao consumo desenfreado. Eis duas tendências que circulam em nossa época, resultando em um descortinar da subjetividade que se expõe a céu aberto, de modo que, como afirma Freud “nossa mente, esse precioso instrumento por intermédio do qual nos mantemos vivos, não constitui uma unidade pacificamente independente” (1979, p. 267). Podemos comparar o psiquismo a um Estado moderno no qual a massa de pessoas do proletariado, sedenta de prazer e de destruição, deve ser contida por princípios morais prudentes. Nesse sentido, tanto o fluxo de nossa vida psíquica como o movimento das massas são atualizações de representações multiformes transmitidas como legados de memória por nossos ancestrais. Porém, a força dessas representações nem sempre são passíveis de serem domadas ou mesmo represadas, como também, muitas vezes, sequer ajustam-se às exigências sociais. Isso quer dizer que grande parte de nossa vida psíquica, bem como aquilo que mantém uma massa coesa, mostra-se, até certo ponto, ingovernável e, se não houver nenhum dispositivo social, manifesta-se na forma de violência, podendo culminar com a ruína. Como podemos constatar o processo de socialização produz um estado de fragmentação em nosso psiquismo de modo que algumas de suas inclinações são mantidas represadas enquanto que outras são derivadas para outras finalidades. Deste modo, espera-se conter minimamente a propensão à destrutividade pela prática da violência.

A divisão das forças em nossa atividade psíquica pode ser comparada à dinâmica de funcionamentos dos grupos, comunidades, nações que precisam derivar parte da intensidade relacionada à agressão contra o semelhante, como *conditio sine qua non*, para o estabelecimento e manutenção dos laços sociais. Não obstante, esses esforços não eliminam o aparecimento de atores da

destrutividade que se encarregam de expor o homem a situações de cunho traumático. Muitas vezes, esses atores agem de tal maneira que seus gestos de violência ficam gravados no imaginário de populações por muitas e muitas décadas. O sujeito fica prisioneiro a uma imagem que o acossa constantemente como um fantasma que o persegue e do qual não consegue se desvencilhar.

Este fantasma é de intensidade consideravelmente forte que dificulta a circularidade social do homem na elaboração de projetos para a vida, visto ser difícil esquecer aquilo que insiste em permanecer como uma percepção recorrente, seja pelas evidências expressas em marcas corpóreas indelévels como mutilações e outras formas; seja pelo danos psíquicos ante uma ameaça que não se consegue localizar de onde provém. Com isso, o sujeito fica em um estado de monotonia que beira a apatia e indiferença diante de uma cena que não para de se repetir, não mais com o agente que produziu a situação traumática, mas com uma instância internalizada identificada a um amo poderoso diante do qual não é possível alternativa a não ser a resignação. Mas, mesmo nessas circunstâncias, ainda é possível ao sujeito indagar-se por que tal amo o faz sofrer, como também por que é destinatário do sofrimento? De certo modo, a posição de sujeito que se expôs a uma situação traumática quanto à possibilidade de não saber por qual motivo o deus obscuro o faz sofrer é um imperativo que comanda a vida da vítima, limitando-lhe substancialmente as ações a ponto de encerrá-lo em um cárcere subjetivo, condenado a um destino incerto em um cenário no qual a palavra não tem mais valor como instrumento de negociação. Acontece o choque que incide sobre o sujeito da situação traumática, sendo um núcleo de difícil remoção, embora não seja impossível em termos da produção, de arranjos mínimos que sejam, de elaboração. Quer dizer, existem possibilidades de afastamento dessas situações transformando-as em lembranças e não sendo mantidas com percepções recorrentes.

5. Considerações finais

Para iniciar nossas reflexões finais tomemos como ponto de partida dois argumentos: 1) A experiência de subjetivação é a referência primordial no processo de constituição do homem e, por assim dizer, remete a um tempo em que o estado de desamparo encontra-se em toda sua plenitude. Sendo assim, a lembrança da condição de impotência pode mesmo assumir um caráter traumático pelo fato de alertar o sujeito em termos de um possível estado de passividade e, 2) O homem é marcado, desde que se apresenta ao mundo como ser falante, por representações sociais e políticas, as quais variam historicamente.

Nesse sentido, situemos o homem dos dias atuais como quem busca a felicidade a todo custo, sendo pois “arrastado por essa exigência que faz ressurgir a dimensão catastrófica do psiquismo, anterior à elaboração, cujas conseqüências o levam a adotar comportamentos suicidas” (FUKS, 2006, p. 26). No plano coletivo, o estrago do discurso hegemônico neoliberal evoca a barbárie. É desse modo que situamos a história do homem como a história de assassinatos de povos, de ações destrutivas inseridas no seio da civilização. Tudo isso decorre de um projeto elaborado, no plano político, que se fundamenta na lógica da exclusão de figuras que não comungam com o mesmo ideal, sendo por isso, consideradas diferentes e indesejadas.

Ampliando o alcance dessa conclusão, poderíamos afirmar que o Estado faz circular o projeto de igualdade e amor entre irmãos de etnia, ao mesmo tempo em que dirige o ódio aos não idênticos colocando-os às margens para serem eliminados. A intolerância, na atualidade, seja das nações, seja de um sujeito isolado, converte em grande ameaça, à medida que se assenta, de forma brutal, no fomento ao ódio pelo diferente qualquer que seja, estando presente ou tendo feito parte de épocas passadas. A intensidade desse ódio nos faz pensar que não foi possível qualquer mecanismo de elaboração que o

abrandasse ou mesmo transformasse essa potência destrutiva para outras finalidades.

Assistimos, no cenário do presente cotidiano, a invenção de dispositivos bastante eficazes em suas ações técnicas, mas que desconhecem os limites da morte e que, por esse motivo, avolumam o processo de destruição em massa. As ocorrências são de tal ordem que, dificilmente, tem-se tempo de elaborar uma, pois outra já está em evidência. Com isso não se tem mais práticas cerimoniais e rituais com a finalidade de elaboração de perdas, nem tampouco de expiação pela morte de pessoas. No lugar dos cerimoniais e rituais, tem-se a posição subjetiva pela qual o homem retira todo e qualquer significado da morte, culminando com a banalização. Diante desse processo de desumanização fica fácil, para o homem desvencilhar-se de todas as tentativas de reparação ou de simbolização em relação às pessoas que morrem ou mesmo diante das ruínas e destroços que resultam da destrutividade.

De certo modo, podemos aprofundar nossas considerações e nos indagar qual seria o sentido da dessacralização da morte, tão evidente em nossos dias? A primeira ideia com a qual nos defrontamos é a de que a radical retirada de sentido da morte deve ser o motor que aciona o terror traumático com o qual somos constantemente confrontados, especialmente, em alguns atores que praticam assassinatos sem deixar vestígios dos corpos. Desse modo, a tortura, o massacre, o genocídio e, principalmente, a indústria de produção de cadáveres que aconteceu no século XX, constituem-se em verdadeiros traumas que deixam restos indeléveis dificilmente elaboráveis. Na verdade, a catástrofe conhecida como as mortes em campos de concentração deixou rastros bem nítidos, que perfuram a civilização de maneira que o homem não tem como se esquivar ante o imponderável, o indizível e o incompreensível.

O extermínio da Segunda Guerra Mundial não deve ser pensado como uma catástrofe em prol da vida, mas como o exercício de crueldade

praticada por meios técnicos e facilitada com o progresso científico. Aliás, conforme assinala Seligmann-Silva, a barbárie que dizimou milhares de vida pode ser interpretada como um “objeto que escapa à representação, justamente devido ao seu excesso, ou seja, não pode ser definido, exceto via uma afirmação geral sobre algo que deve ser posto em frases, mas não pode sê-lo” (2000, p. 78). Isso quer dizer que se trata de uma experiência traumática impossível de ser representada exatamente em razão da dificuldade da capacidade humana para sequer conseguir imaginá-la. Consequentemente, a experiência é indizível no justo ponto em que não foi possível de ser vivida pela ruptura dos mecanismos de memória necessários para registrá-la. Então a experiência traumática, em seu caráter transbordante, é precisamente um buraco que se produz nas teias da memória. Por isso, muitas vezes o sujeito que passa por esse tipo de experiência só consegue elaborar são apenas alguns elementos que margeiam esse furo na cadeia de representações psíquicas. Desse modo, o trauma é um elemento que transborda a capacidade de recepção do sujeito, indo além dos limites da capacidade perceptiva, sendo ainda um tipo de vivência sem forma e sem cor.

Eis o motivo pelo qual a cena do trauma repete-se indefinidamente. Em primeiro lugar, a repetição é uma tentativa de elaboração. Em segundo lugar, a volta da cena pode servir para preparar o sujeito diante do insuportável relativo à experiência vivida. Em terceiro lugar, espera-se, com a repetição, minimizar o choque causado pelo trauma ou produzir mecanismos de esquecimento que enfraqueçam a intensidade da experiência traumática.

Ainda devemos indagar sobre o processo de matança de civis que necessariamente não acontece em nações em guerra. A esse respeito só podemos pensar que se trata de uma estratégia de violência destrutiva convertida em ação política, conforme aconteceu no extermínio dos armênios pelos turcos e no extermínio dos judeus pelos alemães. É curioso

salientar que esses povos não estavam em guerra, mas que foram incluídos pelo Estado, segundo diferentes lógicas, como pessoas a serem excluídas, razão pela qual a matança foi justificada em termos de princípios como ordem, limpeza étnica, organização, pureza, entre outros. O que perpassa nessas práticas é que, para alguns, há vidas que não merecem ser vividas e que, por esse motivo, devem ser eliminadas. Nisso entra em cena a crueldade como a face obscura da violência, mas que, por isso, produz efeitos esperados.

Para finalizar, a título de ilustração, convém lembrar que as fábricas de matança do século XX continuam operantes, porém sofisticadas de modo que refletem o progresso da época em que vivemos. Os campos de concentração produziram formas de terrorismo com assassinato em massa sem que seja preciso a construção de um lugar, pois se mata indiscriminadamente. Eis o que podemos pensar acerca dos ícones do capitalismo, as torres do World Trade Center, que como verdadeiros sarcófagos humanos, no entender de Baudrillard (2004), foram transformadas em fábricas da morte de forma que jamais se imaginava acontecer. Os trens produzidos como meios de transporte foram utilizados como instrumentos de morte por asfixia, sede e fome. E também as invasões do Afeganistão e do Iraque, sem deixar de considerar a “matança israelense e ocupação obscena dos territórios palestinos e as explosões assassinas dos palestinos sobre mulheres e crianças” (FUKS, 2006, p. 32). Há também a matança na Comunidade de Acari e dos meninos na igreja da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro. Essas ocorrências e outras tantas são verdadeiros traumas que assolam o homem dos dias atuais de modo que poderíamos dizer que vivemos uma era do trauma sem precedentes com o apogeu da cultura da morte e desvalorização completa da vida.

Referências

- ARENDRT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BAUDRILLARD, J. A violência mundial. In: BAUDRILLARD, J.; MORIN, E. *A violência do mundo*. Rio de Janeiro: Anima, 2004.
- BRETTE, F. Le traumatique: effects positifs et organizeurs. In: BRETTE, F.; EMMANUELLI, M.; PRAGIER, G. (orgs.). *Le traumatisme psychique*. Paris: PUF, 2005.
- CECCARELLI, P. R. Violência e cultura. In: RUDGE, A. M. *Traumas*. Campinas: Escuta, 2006.
- FARIAS, F. R. Trauma, sedução e memória. In: FARIAS, F. R. (org.) *Apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- FROMM, E. *Anatomia da destrutividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FREUD, S. *Meu contato com Josef Popper-Lynkeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. v. XXII.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXI.
- FUKS, B. B. A cor da carne. In: RUDGE, A. M. *Traumas*. Campinas: Escuta, 2006.
- HOBBS, T. *Leviatã ou a matéria, forma, e poder de um estado*. São Paulo: Icone, 2008.
- LEVI, P. *Afogados e sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- NAFFAH NETO, A. Violência e ressentimento: Psicanálise diante do niilismo contemporâneo. In: CARDOSO, I.; SILVEIRA, P. *Utopia e mal-estar na cultura*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal*. Curitiba: Hemus, 2001.
- ROUANET, P. S. Os traumas da modernidade. In: RUDGE, A. M. *Traumas*. Campinas: Escuta, 2006.
- SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- TODOROV, T. *Em face do extremo*. Campinas: Papyrus, 1995.
- TODOROV, T. *Les abus de mémoire*. Paris: Arléa, 2004.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ZALOSZYC, A. *Le sacrifice au Dieu obscur*. Nice: Z'édicions, 1994.